

Termo de Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº 14/2024

Declaração de Inexigibilidade de Licitação nº 14/2024-DI

Processo Administrativo nº TJ-CON-2024/00151

Contratante: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, órgão do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.100.722/0001-6 e com sede e foro nesta cidade do Salvador, Estado da Bahia, na Quinta Avenida, nº 560, Centro Administrativo da Bahia – CAB.

Contratada: INFOCO-RH LTDA., Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº 44.825.501/0001-82 e com endereço na Rua Izabel a Redentora, nº 2356, Sala 118, Centro, São José dos Pinhais/PR, CEP 83.005-010.

Objeto: aquisição de 02 (duas) vaga no “2º Seminário Nacional de Gestão de Pessoas e Liderança no Setor Público”, destinadas às Servidoras, Viviane da Anunciação Souza Oliveira e Aline Costa Rauen, na modalidade de ensino presencial, a realizar-se na cidade de Foz do Iguaçu/PR, no período de 21 a 23 de maio do corrente no, com fornecimento de material de apoio e carga horária total de 21 (vinte e uma) horas/aula, conforme a proposta da capacitação apresentada e aprovada.

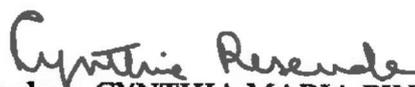
Valor total: R\$ 8.770,00 (oito mil, setecentos e setenta reais).

Período de execução: 21 a 23 de maio de 2024.

Base Legal: Art. 72 e 74, III, f, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária 04.601, Unidade Gestora 0010- UNICORP, Projeto 3538, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Subelemento 39.011, Fonte 120, conforme rubrica orçamentária à fl. 104, do Processo nº TJ-CON-2024/00151.

Gabinete da Presidência, em 18 de abril de 2024.


Desembargadora CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia



UNICORP - UNIVERSIDADE CORPORATIVA

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 14/2024 - DI

Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e INFOCO-RH LTDA, inscrito no CNPJ de n. 44.825.501/0001-82. Objeto: Aquisição de 02 (duas) vagas no "2º Seminário Nacional de Gestão de Pessoas e Liderança no Setor Público", na modalidade de ensino presencial, no período de 21 a 23/05/2024, carga horária de 21 horas/aula, a realizar-se na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Valor total: R\$ 8.770,00 (oito mil e setecentos e setenta reais), que será atendida mediante recurso da Unidade Orçamentária 04.601, Unidade Gestora 0010 - UNICORP, Projeto 3538, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Subelemento 39.011, Fonte 120, consoante PA. n. TJ-CON-2024/00151. Data de Assinatura: 18/04/2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO

ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES

DISTRIBUIÇÃO

Em 19 de abril de 2024, na forma do artigo 25 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, foi distribuído, por processamento eletrônico, obedecendo à ordem de ingresso dos autos no protocolo da Secretaria e à ordem decrescente de antiguidade dos membros do Colegiado, com encaminhamento imediato ao Relator, o seguinte procedimento:

1) PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SIGA Nº 60964/2024**ORIGEM:** Procuradoria-Geral de Justiça**ASSUNTO:** ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO) > Gestão Política e Administrativa > Organização e Planejamento Institucional > Organização e Padronização Administrativa > Modificação de Atribuições de Órgãos de Execução/Ofício (Modificação e fixação das atribuições das Promotorias de Justiça de Feira de Santana)**RELATOR(A):** Procuradora de Justiça Sônia Maria da Silva Brito

Salvador, 19 de abril de 2024

André Luís Lavigne Mota

Promotor de Justiça

Secretário-Geral do Ministério Público

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DISTRIBUIÇÃO

Em 19 de abril de 2024, na forma dos artigos 171 a 178 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, foram distribuídos, por meio eletrônico e em ato público, com encaminhamento imediato ao Relator, os seguintes procedimentos:

INQUÉRITO CIVIL Nº 007.9.82189/2019**ORIGEM:** 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa**ASSUNTO:** Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos**INTERESSADO(A)(S):** Viviane Peixoto de Santana; Prefeitura Municipal de Amargosa**RELATORIA:** 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade**NOTÍCIA DE FATO Nº 069.9.152760/2024****ORIGEM:** 2ª Promotoria de Justiça de Catu**ASSUNTO:** Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos**INTERESSADO(A)(S):** Município de Catu/Ba**RELATORIA:** 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade**INQUÉRITO CIVIL Nº 594.0.127179/2013****ORIGEM:** 1ª Promotoria de Justiça de Canavieiras**ASSUNTO:** Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público**INTERESSADO(A)(S):** Vereadores Canavieiras; Prefeitura de Canavieiras**RELATORIA:** 1º Conselheiro - Adivaldo Guimarães Cidade**PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 13992/2021 (SIMP 003.0.132854/2016)****ORIGEM:** Conselho Superior do Ministério Público**ASSUNTO:** Curso/Treinamento Promovido por outra Instituição**INTERESSADO(A)(S):** Promotor de Justiça Bruno Gontijo Araujo Teixeira**RELATORIA:** 2ª Conselheira - Maria Augusta Almeida Cidreira Reis